LIBERDADE E DEMOCRACIA: CONHECIMENTOS INDÍGENAS COMO BASE DOS DIREITOS HUMANOS**FREEDOM AND DEMOCRACY: INDIGENOUS KNOWLEDGE AS A HUMAN RIGHTS GUIDE**

Rosângela Celia Faustino¹
Debora Faustino Módenes²
Isabel Cristina Rodrigues³

Resumo: Os povos indígenas representam comunidades diferenciadas, com culturas, conhecimentos, línguas e experiências milenares, próprias. Após séculos de lutas e resistência contra a expropriação e o genocídio causados pela sociedade mercantilista/capitalista; documentos e tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU, estabeleceram que estes povos têm direito de se organizar de acordo com suas tradições. Houve um longo percurso histórico e jurídico até se chegar a estes direitos com séculos de exploração, dizimação e opressão dos povos indígenas a regimes de opressão colonialista. Decorrente deste passado, foram necessárias políticas públicas de inclusão social na sociedade atual. Seguindo diretrizes internacionais, a Constituição Brasileira garantiu aos indígenas o direito às terras tradicionais, à saúde, educação e autonomia. No presente texto discute-se a conquista do direito à diferença bem como o histórico da participação indígena na formulação dos ideais internacionais de democracia e liberdade.

Palavras-chave: Povos indígenas; Conhecimentos Tradicionais; Direitos Humanos

Abstract: Indigenous peoples represent distinct communities, with cultures, knowledge, languages and millennial experiences of their own. After centuries of struggle and resistance against expropriation and genocide caused by mercantilist / capitalist societies; documents and international treaties such as the 169 ILO Convention and the UN Universal Declaration of the Rights of Indigenous Peoples have established that these peoples have the right to organize themselves according to their traditions. There has been a long historical and legal path to reach these rights with centuries of exploitation, decimation and oppression of indigenous peoples by regimes of colonialist oppression. Due to this past, policies for social inclusion in society today were necessary. Following international guidelines, the Brazilian Constitution granted indigenous peoples the right to traditional lands, health, education and autonomy. This paper discusses the conquest of the right to difference as well as the history of indigenous participation in the formulation of the international ideals of democracy and freedom.

Keywords: Indigenous peoples; Traditional Knowledge; Human rights

¹ Doutora em Educação pela UFSC. Professora na Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: rofaustino@terra.com.br

² Professora de Língua Inglesa na Rede Pública de Ensino no Paraná. Graduanda em Direito na Universidade Estadual de Maringá e em Letras/Português-Inglês na UNICESUMAR. E-mail: dfmodenes@hotmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora na Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História e pesquisadora do Grupo de Pesquisa do CNPq Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da UEM. E-mail: icrodrigues2006@gmail.com

INTRODUÇÃO

Muito recentemente se reconheceu em todo o mundo que os povos indígenas representam comunidades diferenciadas, com culturas, conhecimentos, línguas e experiências milenares próprias e que isto deve ser respeitado por todas as nações. Reconheceu-se que os povos indígenas são populações originárias com direito aos territórios tradicionais, à autonomia, auto sustentação e autogestão.

Iniciou-se, então um processo de descolonização, onde não é mais possível nenhum regime de tutela ou regimes integracionistas propostos pelos estados em relação aos povos indígenas. Um importante documento foi elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1957, a Convenção nº 107 de 05 de junho de 1957 Concernente à proteção das populações indígenas em países independentes.

Após séculos de lutas e resistência contra a expropriação e o genocídio causados pela sociedade mercantilista/capitalista; estes documentos e tratados internacionais foram sendo reformulados e deram origem à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 e a Declaração Universal dos Direitos do Povos Indígenas da ONU de 2007, estabeleceram que estes povos têm direito de se organizar de acordo com suas tradições.

Houve um longo percurso histórico e jurídico até se chegar a estes direitos com séculos de exploração, dizimação e opressão dos povos indígenas a regimes de opressão colonialista. Decorrente deste passado, foram necessárias políticas públicas de inclusão social na sociedade atual. Seguindo diretrizes internacionais, a Constituição Brasileira garantiu aos indígenas o direito às terras tradicionais, à saúde, educação e autonomia.

No presente texto discute-se a conquista do direito à diferença bem como o histórico da participação indígena e da apropriação de seus conhecimentos na formulação dos ideais internacionais de democracia e liberdade.

A partição das mulheres nas sociedades indígenas

En su acepción más legítima y en sus principios vitales, la «democracia» es en gran medida un legado de pueblos y culturas nativo-americanas.

(Guillermo Cuéllar-Barandiarán, 2013)

Nas primeiras décadas do século XX muitos acontecimentos chamaram a atenção e impulsionaram mudanças no mundo em relação aos direitos das minorias. Um dos casos mais emblemáticos foi o direito constitucional ao voto feminino garantido na – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), após a revolução de 1917. Como o movimento feminista mundial, que lutava por este direito desde o século XIX, começou a voltar a atenção às conquistas das mulheres no socialismo, os países capitalistas da Europa, rapidamente reformaram suas legislações permitindo, a partir dos anos de 1920, o voto da mulher em diferentes partes do mundo, com a ampliação dos direitos políticos. Isto se estendeu, no período, como um direito universal, nas demais regiões do mundo.

Os povos indígenas que vinham sendo dizimados pelas forças opressoras mercantilistas e lutavam, por séculos, para garantir seus territórios e direito à vida, enfrentando a colonização, ocorreu fato semelhante: após a Revolução Russa, a URSS reconheceu, oficialmente, as línguas e culturas dos povos minoritários tendo empreendido políticas sociais de valorização das diferenças com a produção de estudos e livros nas diversas línguas (DESHERIEV, 1984) que garantiram o direito ao ensino bilíngue nas escolas das diferentes repúblicas.

Nos Estados Unidos estava em vigor o modelo escolar do internato, inaugurado pela *Carlisle Indian Industrial School*, que compunha parte de uma política sistemática para erradicar as culturas nativas (FEAR-SEGAL, 2007). O sistema de internato, idealizado por militares e financiado pelo Congresso, tinha o objetivo de provar que os índios eram seres humanos capazes de aprender conhecimentos ocidentais e se tornarem cidadãos americanos.

Nesta política, as crianças eram retiradas de suas comunidades, pela força ou persuasão, e levadas para o internato onde passavam a ser doutrinadas na ideologia do progresso e do sistema de mercado capitalista. Recebiam um nome americano e eram proibidas de falar sua língua nativa devendo aprender e usar apenas a língua inglesa. Deveriam aprender uma profissão para, posteriormente, ingressar no mercado de trabalho assalariado.

Além do extermínio, expropriação e dominação que os EUA já praticavam há tempos, em relação aos povos indígenas, esta política foi vigorosa no processo de assimilação cultural.

Apesar da resistência indígena e dos movimentos que empreenderam contra a educação escolar do sistema internato, a *Carlisle* só foi extinta em 1918, após a Revolução Russa. O estado passa, então, a garantir, em leis subsequentes, o direito à diversidade e escolas bilíngues às comunidades que tinham diferentes línguas e culturas. Estudos foram encomendados para que uma nova política educacional voltada aos povos indígenas fosse elaborada.

No período pós Revolução Russa, organizações foram criadas também na Europa para estudar e rediscutir os direitos linguísticos das minorias (RIES; SAER, 1932). Na América do Norte, conforme Grinde (1977), diferentes governos vinham identificando e se apropriando de conhecimentos indígenas e transformando-os em princípios jurídicos em sua legislação, como, por exemplo, o direito às liberdades individuais e coletivas.

Destaca-se, ainda, o papel do feminismo, influenciado pelo direito das mulheres indígenas da sociedade iroquesa⁴ que se tornam conhecidos, principalmente, pelos discursos e militância de Matilda Gage, no final do século XIX, nos Estados Unidos.

Ou seja, enquanto que nas sociedades indígenas as mulheres eram pessoas de plenos direitos; nas sociedades europeias, influenciadas pelo liberalismo clássico e pelo positivismo de Augusto Conte, cujos escritos buscavam adequar o comportamento feminino, se defendera, desde a formação da sociedade de mercado, a superioridade do homem em todos os âmbitos da vida.

Na formação da sociedade norte americana, impusera-se, ainda, como soberana, a filosofia cristã protestante, para a qual, em decorrência do pecado original, a mulher foi considerada culpada pelos infortúnios humanos, fraca, suscetível às tentações do corpo, inferior e, portanto, deveria obedecer, ser submissa e governada pelo homem.

A sociedade capitalista moderna, desde seu nascedouro, reafirmou estes princípios e, nos Estados Unidos, em pleno século XX, as mulheres não tinham identidade jurídica. Até 1920, mesmo

com a acirrada luta do feminismo, não podiam votar na grande maioria dos estados, não podiam ter a tutela dos próprios filhos, não tinham direito à herança, nem autonomia sobre seus próprios corpos.

Ao contrário disso, nas sociedades indígenas nativas daquela região, as mulheres indígenas tinham um papel político administrativo relevante, com direitos iguais dentro de uma divisão social do trabalho cooperativa, participativa e solidária. E isto era, desde o século XVIII, conforme evidenciam os estudos de Grinde (1977), conhecido estudado pelo estado norte americano.

Em Grinde (1977) e estudos de Bruce Johansen evidenciam-se que, na luta das 13 colônias, contra o império britânico, a sociedade norte americana apreendeu e considerou princípios dos modelos nativos de governo na formulação de sua constituição. As organizações e conhecimentos de diferentes povos indígenas confederados, como os iroqueses, sobre funções públicas, práticas democráticas, decisões participativas, união dos povos, equilíbrio de poderes, debates públicos, autonomia da pessoa, liberdade religiosa, direitos individuais e coletivos foram, em muitos sentidos, observados na constituição das democracias atuais. Estes conhecimentos e práticas indígenas foram retomados, no século XXI, nas políticas públicas conduzidas pelas organizações multilaterais como é o caso da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas – ONU.

Conforme Johansen (2009), os conhecimentos tradicionais indígenas sobre democracia e união chegavam a todas as colônias e políticos norte-americanos pelos discursos dos chefes de nação, reuniões e por folhetos que reproduziam os tratados dos povos indígenas, impressos e comercializados no século XVIII nas colônias.

Em relação ao papel da mulher nas sociedades nativas, Johansen (2009) salienta que

Um aspecto da vida dos índios americanos que intrigou, desconcertou e algumas vezes alarmou os observadores europeus e europeus-americanos, em sua maioria, homens, durante o século XVII e XVIII foi o influente papel das mulheres que, em muitos casos, exerciam posições chave nos sistemas políticos nativos. [...] As mulheres

⁴ Engels, F. III. A Gens Iroquesa. In: ____ A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/cap03.htm>. Acesso em: 18/03/2016

podiam impugnar lideranças eleitas por má conduta e vetar, com frequência, planos bélicos formulados pelos homens. [...] Quase todas as confederações eram matrilineares [...] e as mulheres representam os canais principais da cultura entre as gerações.

O historiador afirma que “O sistema de confederação iroquês foi o mais conhecido pelos colonos, em grande parte porque ocupava um papel chave na diplomacia, não só entre os ingleses ou franceses, senão, também, entre outras confederações nativas” (Johansen, 2009, p.3)

Estas evidências demonstram ter havido uma trajetória de conhecimentos e experiências indígenas que foram apropriados, de diferentes maneiras, na formação das sociedades e suas “modernas” legislações sobre a democracia a participação e a formulação dos direitos humanos.

Porém, mesmo com acirradas lutas e organizações nativas, os primeiros documentos que reconheceram as diferenças e o direito à diversidade indígena, só foram pactuados após a Revolução Russa: o primeiro foi o *Relatório Meriam*⁵ publicado nos Estados Unidos em 1928 e, posteriormente à Segunda Grande Guerra Mundial, o *Indian Claim Act*⁶ de 1946.

Conforme Faustino (2006), no pós-guerra, como estratégia do poder ocidental para a contenção das conquistas socialistas, na Guerra Fria, teve início a construção de uma agenda internacional voltada às questões culturais e políticas públicas de respeito e reconhecimento da diversidade cultural consubstanciada pelo documento da UNESCO intitulado *The Race Question*⁷ publicado em 1950.

No período iniciou-se, também, uma investigação, conduzida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o estado de submissão de populações nativas, escravidão,

disciplinarização e opressão que vivenciavam. Como resultado, publicou-se a Convenção nº 107, concernente à proteção e à integração das populações indígenas e tribais em países independentes, no ano de 1957.

No Brasil a discussão deu origem ao Estatuto do Índio que, em 1973, foi um dos primeiros documentos a normatizar a questão. O Art. 1º Regula a situação jurídica destes povos, de suas comunidades e das diferenças culturais com o propósito de proteger e fazer respeitar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos sobre os territórios que ocupam. Mesmo com os direitos exigidos pelos organismos internacionais, os povos indígenas foram mantidos sob tutela do governo militar brasileiro.

Com a Constituição Federal de 1988 e leis subsequentes, outros direitos foram conquistados, mas, são poucos os documentos que abordam questões específicas sobre o direito plural como poucos são os estudos da antropologia jurídica que orientem as ações e decisões em relação ao tema. Pouco se conhece, no mundo jurídico, sobre o direito indígena à diferença e a pluralidade cultural.

DIFERENÇAS NAS ORGANIZAÇÕES SOCIOCULTURAIS INDÍGENAS

De forma geral as famílias indígenas são extensas e cada pessoa tem sua liberdade respeitada e suas responsabilidades enquanto indivíduo inserido em uma coletividade. A educação visa a formação do caráter e ocorre no âmbito da família, com a participação das gerações mais jovens e crianças, em todas as atividades das comunidades.

No estudo de Engels, intitulado *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicado em 1884, com base nas pesquisas de Morgan, explicita-se a organização das sociedades iroquesas,

A gens tem um lugar comum para enterrar seus mortos. O dos iroqueses do Estado de Nova York já desapareceu em meio ao cerco dos brancos, mas existiu outrora. E ainda existe, entre outros índios, por exemplo, os tuscaroras, parentes próximos dos iroqueses. Mesmo quando cristãos, os tuscaroras têm no cemitério uma determinada fila de sepulturas para cada gens, de jeito que, ali, a mãe fica enterrada

5 Meriam Report: The Problem of Indian Administration (1928). Disponível em: <http://www.narf.org/nill/resources/meriam.html> Acesso em: 21/03/2016

6 Lurie, Nancy O. The Indian Claims Commission. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 436 (1978): 97–110.

7 UNESCO. The Race Question. *Unesco and Its Programms*. 1950 Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291e.o.pdf>

com os filhos numa fila e o pai em outra. E, também entre os iroqueses, toda a gens do morto vem ao enterro e se ocupa do túmulo, dos discursos fúnebres, etc.

A gens tem um conselho, a assembleia democrática de seus membros adultos, homens e mulheres, todos com o mesmo direito de voto. Esse conselho elege e depõe o sachem e o chefe militar, tal como os demais "guardiães da fé"; decide o preço do sangue (*Wergeld*) ou a vingança pelo assassinato de um membro da gens; e adota os estrangeiros. Em síntese: é o poder soberano da gens.

Tais são as atribuições de uma típica gens indígena.

"Seus membros são todos indivíduos livres, cada um obrigado a defender a liberdade dos outros; têm os mesmos direitos pessoais; nem os sachens nem os chefes militares pretendem ter qualquer espécie de preeminência; formam, no conjunto, uma coletividade fraternal, unida pelos vínculos de sangue.

Liberdade, igualdade e fraternidade, esses são, embora nunca formulados, os princípios cardiais da gens, e esta última é por sua vez a unidade de todo um sistema social, a base da sociedade indígena organizada. Isso explica o indomável espírito de independência e a dignidade pessoal que todo mundo observa nos índios."

Na época do descobrimento, os índios de toda a América do Norte estavam organizados em gens, de acordo com o direito materno. Só em algumas tribos, como entre os dakotas, a gens havia desaparecido e, em outras, como entre os ojibwas e os omahas, estava organizada de acordo com o direito paterno.

Conforme Faustino (2006), um dos primeiros estudos no Brasil que se dedicou à compreender as organizações socioculturais indígenas foi do sociólogo Florestan Fernandes, inserida nos chamados estudos de comunidades, patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nos anos de 1950, logo ao final da segunda grande guerra mundial e que pretendia, dentre outros objetivos, conhecer e reconhecer o funcionamento das diferentes sociedades com suas diversidades para garantir-lhes alguns direitos.

O estudo evidenciou que entre os indígenas não há divisão de classes, trabalho excedente, exploração e acumulação, como na sociedade ocidental de mercado.

Conforme Fernandes (1975), por meio de uma rigorosa educação nativa, os tupinambá preparavam as gerações para adaptarem-se à cultura, sem perder a capacidade de realizar-se como pessoa e de ser útil à coletividade como um todo, isto significa dizer que o indivíduo era orientado tanto para "fazer" certas coisas como para "ser" homem ou mulher, segundo os ideais culturais de pessoa humana tendo acesso igualitário aos bens coletivos.

Conforme Fernandes (2004) mecanismos nativos impediam a exploração do trabalho alheio, a usura, o lucro, a produção de excedente e o domínio de uma pessoa, ou classe, sobre a outra. Todos são iguais, tem os mesmos direitos, usufruem dos bens e serviços que lhes são acessíveis de forma igualitária, com regras próprias, estabelecidas por cada etnia e comunidade.

A responsabilidade com esta organização e com a educação das novas gerações é assumida por todos. Segundo o filósofo e antropólogo Bartomeu Meliá, estudioso dos índios Guarani, toda criança índia que nasce "cai num chão cultural muito fértil" e o objetivo da educação indígena é tornar esta criança uma autêntica representante de sua própria cultura, integrá-la às normas, à ordem religiosa e simbólica e às tradições da comunidade à qual ela pertence.

A educação está orientada a saber para que viver e viver perfeitamente, alcançando a perfeição através da reza (que é ao mesmo tempo canto e dança), da não violência e da visão "teológica" do mundo. Essas metas só podem ser alcançadas através da comunidade e também da inspiração. [...] Uma criança de três anos já sabe distribuir entre os companheiros o que tem, sem nunca ser obrigado ou pressionado. De três a cinco anos a criança constitui uma verdadeira mini-sociedade, onde a vida adulta é imitada em todas as atividades diárias, até as religiosas. A independência de movimentos dessa sociedade de crianças é notável. Mas os pais já começam a exigir deles alguns pequenos serviços, e responsabilidades (MELIÁ, 1979)

Para que os direitos individuais e coletivos sejam aprendidos na prática e respeitados por toda a comunidade, a criança indígena está presente e participa, desde que nasce, de todas as atividades familiares, sejam culturais ou de trabalho.

POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA

Antes da chegada dos colonizadores mercantilistas europeus, o continente Latino Americano era habitado por milhares de povos indígenas organizados em diferentes sociedades. Embora as sociedades milenares como os Maias, Astecas, Incas e as centenas de povos indígenas no Brasil tenham deixado numerosos registros que atestam terem construído civilizações complexas e aprimoradas, com conhecimentos astronômicos, matemáticos, agrícolas, arquitetônicos e artísticos de grande refinamento e beleza, estes povos tinham mecanismos diferenciados de disseminação, fundamentados em práticas coletivas orais não tendo produzido uma escrita padronizada. Cada sociedade ou povo apresenta diferentes tipos de registros de suas formas de comunicação e transmissão, que foram pouco estudadas pelos colonizadores.

Estas sociedades tinham vastos conhecimentos sobre saúde, reprodução e controle da natalidade. Esta se dava se houvesse condições materiais (do meio ambiente, familiares e sociais) adequadas para que as crianças pudessem ter o *bem viver*, filosofia ameríndia utilizada por diferentes povos.

A partir do final do século XV estas populações vivenciaram a invasão de seus territórios e a perda de grande parte de seus conhecimentos e formas de organização, formas tradicionais de organizar a vida e produzir a existência, tendo em vista os interesses exploradores e expansionistas europeus.

Ao querer retirar da região ouro, prata, madeiras, espécies animais e outros objetos valiosos utilizando, para tanto, o trabalho escravo indígena, as sociedades nativas reagiram com guerras e resistência e assim narram os acontecimentos.

Quando a terra-mãe era nosso alimento
Quando a noite escura formava o nosso teto,
Quando o céu e a lua eram nossos pais,
Quando todos éramos irmãos e irmãs,

Quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes,
Quando a justiça dirigia a lei e sua execução,

Aí outras civilizações chegaram!
Com fome de sangue, de ouro, de terra e de todas as riquezas,

Trazendo numa mão a cruz e na outra a espada, sem conhecer
Ou querer aprender os costumes de nossos povos, nos classificaram abaixo dos animais, roubaram nossas terras e nos levaram para longe delas;
Transformando em escravos os filhos do sol.
Entretanto não puderam nos eliminar e nem fazer esquecer o que somos...
E mesmo que nosso universo inteiro seja destruído
Nós sobreviveremos por mais tempo que o império da morte!⁸

Considerando a tecnologia bélica dos povos europeus, que conheciam a pólvora devido seus contatos e viagens à regiões do oriente, muitas sociedades indígenas pereceram, porém sempre com muita resistência e luta o que possibilitou a existência, na atualidade, de centenas de povos que, mesmo perdendo partes de suas formas tradicionais de vida e o direito ao uso dos vastos territórios, se organizam e se mantêm como povos diferenciados.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, o Império tomou uma resolução: os índios deveriam ser combatidos, catequisados, 'civilizados' e seus territórios deveriam ceder lugar a prósperas fazendas de gado⁹

A expropriação dos territórios, a aprovação de leis favoráveis aos exploradores, no entanto, colocou-os em situação de pobreza e dependência.

Nesse processo de expropriação, privatização das terras, opressão e exploração da

⁸ CONSELHO MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS, **Declaração solene dos povos indígenas do mundo**. Port Alberni, 1975. Disponível em: <indiosonline.net/declaracao_solene_dos_povos_indigenas_es_1975/> Acesso em 21 fev. 2016.

⁹ MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: Ocupação humana e relações interculturais**. Maringá. EDUEM, 2005, p. 34.

mão-de-obra indígena, somadas as guerras contra os índios fizeram com que muitos povos fossem exterminados, restando, atualmente, menos do que 1% da população, ou seja, conforme os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, são 817 mil indígenas vivendo, a metade em terras demarcadas.

O processo de aldeamento, iniciado em finais do século XIX e concluído por volta de 1930 no Brasil, retirou-lhes a autonomia rompendo com parte de suas organizações produtivas. O aldeamento rompeu com o manejo ecológico do território, praticado pelos povos indígenas e que envolviam todos os membros da comunidade de maneira ativa nos processos de trabalho e produção da vida.

As terras indígenas, em sua grande maioria, estão com os solos desgastados, poluídos pela monocultura do entorno e enfraquecidos, tornando-se incapazes de produzir o sustento de todos. A destruição das florestas, poluição dos solos e dos rios mantém as sociedades indígenas vivendo em situação de dependência e exclusão.

A exclusão indígena promovida pelo estado brasileiro levou à necessidade de políticas de inclusão nas áreas de saúde, saneamento, educação e produção. Organismos internacionais vem, desta forma promovendo medidas que levem a autonomia dos povos, com a participação efetiva das comunidades em todas as decisões, em consonância com a Convenção 169 da OIT.

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL

O termo inclusão é uma das ideias mais fortes das políticas públicas e sua origem é justamente devido à forma como o Estado conduziu a economia sem que esta levasse em consideração as especificidades e particularidades dos diferentes. Em relação aos povos indígenas foi usado para substituir o termo integração que os colocara em situação de dependência.

Desde séculos, os povos indígenas se unem e lutam pela garantia do direito plural. De forma geral e mais ampla, os estados têm elaborado políticas públicas que vem sendo constituídas desde o final dos anos de 1970, período em que se inicia uma nova crise mundial do sistema capitalista (Hobsbawn, 1995), visando a mudança no indigenismo que passou das propostas assimilacionistas e integrativas (CEPAL, 1962), a uma política de inclusão e interculturalidade.

Atualmente, muitos são os direitos indígenas. A Constituição Federal, em seu Art. 231, reconheceu sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens; porém, estes direitos não se concretizam evidenciando assim, os limites da inclusão na sociedade de mercado. Conforme estudos realizados pelo Banco Mundial:

[...] ser indígena na América Latina equivale a estar situado nas camadas mais baixas da sociedade e em regiões com maior pobreza e atraso, incluindo o educativo. Estas situações de pobreza, como é de supor, guardam particular relação com a situação de atraso educativo encontrada nas áreas indígenas¹⁰

Segundo Faustino (2006), o projeto “*Indigenous Governance in the Americas*” organizado pela FOCAL-Fundação Canadense para as Américas, criada em 1990, patrocinada pela OEA-Organização dos Estados Americanos e instituições privadas, afirma que o fator etnicidade/identidade tem se colocado no debate uma vez que se intensificam as mobilizações de grupos indígenas e indigenistas que se expressam em marchas massivas, ocupações de terras estatais ou privadas e outras estratégias e lutas.

Um amplo estudo intitulado *Indigenous people and poverty in Latin America: an empirical analysis* do Banco Mundial sobre os índios na América Latina, revelou que as populações indígenas desta região vivem abaixo da linha de pobreza e que esta pobreza está vinculada à “discriminação” que tem excluído os povos indígenas dos postos de trabalho e com a falta de uma educação adequada com níveis de ingresso suficientes.

[...] a incidência da pobreza entre os povos indígenas é mais do que 15% maior do que entre os seus homólogos não-indígenas. A incidência da pobreza extrema é 1,5 vezes maior entre os indígenas do que os não-indígenas.” (tradução nossa)¹¹

¹⁰ Psacharopoulos; Patrinos, 1995, apud. LÓPEZ, 2001, p. 5

¹¹ PSACHAROPOULOS, George; PATRINOS, Harry Anthony [editors]. 1994. **Indigenous people and**

Os estudos também revelam que, nas sociedades indígenas a mulher tem um papel e uma atuação relevante no sentido de manter a unidade e boa parte do sustento familiar além de se responsabilizar pelo cuidado com as crianças e jovens bem como, com os mais velhos. Em todas estas atividades as mulheres indígenas têm participação ativa. São responsáveis pela coleta de matéria prima para o artesanato, como cipós, taquaras e outros, trabalham em casa e nas roças familiares, preparam os alimentos da família extensa, cuidam dos filhos, viajam para as cidades para comercializar o artesanato e adquirir gêneros alimentícios, estudam, participam das igrejas, acompanham familiares em tratamentos de saúde, fazem partos, ajudam a preparar velórios e festas, participam das assembleias comunitárias e compõem, em algumas situações, conselhos de educação e saúde nos grupos das lideranças tradicionais.

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano* (PNUD, 2014, p.3) “Os povos indígenas, que correspondem a cerca de 5 por cento da população mundial, representam cerca de 15 por cento dos pobres do mundo, um terço dos quais em situação de pobreza rural extrema”. Os estudos da OIT – Organização Internacional do Trabalho, evidenciam que: “Os jovens indígenas estão entre os grupos mais vulneráveis e desprotegidos. De acordo com diversas estimativas, os indígenas na América Latina flutuam entre 30 e 50 milhões”. (OIT, 2007, p. 45)

Conforme a CEPAL

La información disponible sobre los pueblos indígenas en América Latina muestra, en forma sistemática y sostenida, que experimentan una mayor incidencia de la pobreza, reciben menores ingresos, tienen menor escolaridad, menos años de esperanza de vida, mayor mortalidad

poverty in Latin America: an empirical analysis. Washington, D.C. The World Bank. Disponível em: <documents.worldbank.org/curated/en/1994/09/438861/indigenous-people-poverty-latin-america-empirical-analysis> Acesso em 15 jan. de 2016. “[...] the incidence of poverty among indigenous people is more than 15 percentage points higher than among their non-indigenous counterparts. The incidence of extreme poverty is one-half times greater among indigenous than non-indigenous individuals.”

infantil y materna, así como un menor acceso al saneamiento y el agua potable.¹²

O documento da CEPAL declara, ainda, que o grupo mais excluído em termos de escolarização são os jovens indígenas “[...] los jóvenes de 18 a 22 años, con bajos porcentajes de asistencia a instituciones educativas, que en ningún país de la región superan el 40% (el rango va de un 24% en México a un 40% en Costa Rica).

Em decorrência destas informações, as políticas atuais, conforme a *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*, coordenada pela ONU, informa que se deve “[...] prestar apoio às atividades econômicas das mulheres indígenas, tendo em conta seus conhecimentos tradicionais, de modo a melhorar sua situação e favorecer seu desenvolvimento;

O intuito destas ações é promover e fortalecer políticas e programas que permitam a maior participação das mulheres indígenas nas políticas públicas e que respeitem sua diversidade cultural, de maneira que tenham oportunidades e possibilidades de opção nos processos de desenvolvimento e organização familiar, a fim de melhorar a eficácia dos programas de luta contra a pobreza, voltados para os grupos de mulheres mais pobres e desfavorecidas, como as mulheres indígenas e das zonas rurais.

Mulheres e meninas indígenas tem direito à educação, assistência e informações que atendam suas necessidades básicas inclusive mediante a elaboração de programas educativos, planos de estudo e meios didáticos apropriados, na medida do possível, nos idiomas das populações indígenas, e com a participação das mulheres indígenas nesses processos.

Desde a chegada dos colonizadores europeus em busca de exploração das riquezas, os povos indígenas, cujas sociedades estavam e estão organizadas na região, foram sendo exterminados e ou submetidos ao chamado processo civilizatório que incluiu o uso da mão de obra escrava até o século XVIII, dispersão de doenças contagiosas, conversão forçada ao cristianismo,

¹² CEPAL. *Mujeres indígenas en América Latina: dinámicas demográficas y sociales en el marco de los derechos humanos*. Chile, 2013. 159 p. (Colección Documentos de proyectos).

exigência do abandono das línguas e dos costumes tradicionais.

De diferentes maneiras os povos indígenas sempre lutaram e resistiram contra este estado de coisas e, em alguns momentos, conseguem negociações para a demarcação das terras tradicionais e avanços em termos de direitos à cidadania.

CONCLUSÃO

O presente texto apresentou o processo de ocupação das terras indígenas em um programa de colonização e exploração, desenvolvido no período mercantilista. Demonstrou que os povos indígenas, em diferentes partes do mundo se organizaram e lutaram contra a expropriação, o extermínio e para manter seus direitos territoriais, abordando ainda, que muitos de seus conhecimentos milenares sobre democracia e participação, serviram de modelo para as democracias ocidentais.

Outrora povos autônomos e organizados em um cem número de comunidades, com a violenta invasão europeia, passaram a ser dependentes de políticas públicas de inclusão.

Com o advento da Revolução Russa e quando a URSS elaborou leis com direitos ao voto para as mulheres e direitos linguísticos e culturais para as populações minoritárias, os países capitalistas, seguindo este procedimento, também permitiram, a partir de 1920, o direito à participação das mulheres e, posteriormente, tratados de direitos humanos, com base tanto nas filosofias indígenas, como nos movimentos sociais revolucionários.

Buscou-se evidenciar um histórico da construção dos direitos indígenas à diversidade, o reconhecimento aos territórios tradicionalmente ocupados e aos processos próprios de ensino e aprendizagem, garantidos no Brasil pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da OIT.

REFERENCIAS

MELIÁ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979. (Coleção "Missão Aberta").

CONSELHO MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS, **Declaração solene dos povos indígenas do mundo**. Port Alberni, 1975. Disponível em: <indiosonline.net/declaracao_solene_dos_povos_indigenas_es_1975/> Acesso em 21 fev. 2016.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: Ocupação humana e relações interculturais**. Maringá. EDUEM, 2005, p. 34.

PSACHAROPULOS; Patrinos, 1995, apud. LÓPEZ, 2001, p. 5

CUÉLLAR-BARANDIARÁN, Guillermo. **Haudenosaunee**. Los principios indígenas de la democracia. Disponível em: https://www.academia.edu/5677375/Haudenosaunee_Los_Principios_Ind%C3%ADgenas_de_la_Democracia

CUÉLLAR-BARANDIARÁN, Guillermo. Haudenosaunee: los principios indígenas de la Democracia. **Revista Ciencia, Cultura y Sociedad**. v. I nº 1, Enero 2013

DESHERIEV, Yunus D. Progreso social y sociolingüística. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**. v. XXXVI, n. 1, 1984.

FAUSTINO, R.C. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, CED/UFSC: 2006.

FEAR-SEGAL, Jacqueline. **White man's club: schools, race, and struggle of indian acculturation**. 2007

FERNANDES, Florestan. Notas sobre a educação na sociedade Tupinambá. In.: ____ **Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política de índio, política de branco: uma ponte em construção**. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações. Maringá, mimeo., 2004.

GRINDE, Donald A., Jr. 1977. **The Iroquois and the Founding of the American Nation**. San Francisco: The Indian Historian Press. A Yamasee Native American historian's account of the role of the Iroquois constitution in shaping American settler concepts of democracy and the American constitution. Includes a complete English text of The Council of the Great Peace of Dekanawidah.

JOHANSEN, Bruce E. Las ideas de gobierno entre los indígenas y la Constitución de Estados Unidos. Periódico Electrónico. **Pueblos indígenas de hoy: vivir en dos mundos**. Jun. 2009. Disponível em <http://iipdigital.usembassy.gov/st/spanish/publication/2009/07/20090720115214pii0.9292108.html#ixzz4DXfBcRM> Acesso em 21/05/2016

ORBE, Gonzalo Rubio. **Educacion e integracion econômica y cultural de los grupos indígenas**. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e OEA – Organização dos Estados Americanos. CONFERENCIA SOBRE EDUCACION Y DESARROLLO ECONOMICO Y SOCIAL EN AMERICA LATINA. Santiago: Chile, 1962.